



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Processo Administrativo visando a aquisição de Medicamentos Injetáveis componentes da Farmácia Interna.

2. INTRODUÇÃO

Elaboramos o presente Termo de Referência para que através do procedimento legal pertinente seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a administração pública tendo por finalidade o Registro de Preços, com ata vigente pelo período de 12 (doze) meses, para eventual e futura aquisição de material de consumo, mais especificamente medicamentos injetáveis (farmácia interna) em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

3. MARCO LEGAL

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;
- Decreto Municipal nº2660 de 31 de março de 2023.

A Constituição Federal através do art. 37 inciso XXI, estabelece os seguintes critérios precedentes as compras públicas.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação da EC 19/1998).

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela administração. (...) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da administração. A conversão

automática de permissões municipais em permissões intermunicipais afronta a igualdade art. 5º , bem assim o preceito veiculado pelo art. 175 da CB. (...) Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da administração.

[ADI 2.716, rel. min. Eros Grau, j. 29-11-2007, P, DJE de 7-3-2008.]

= RE 607.126 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 2-12-2010, 1ª T, DJE de 1º-2-2011

A LLC preceitua sobre o assunto em tela, em seu art. 6, inciso XXIII, o que segue abaixo colacionado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

4. ÓRGÃO DEMANDANTE

Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU

5. OBJETO

Aquisição de medicamentos injetáveis (farmácia interna) para entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do município de Itapua do Oeste RO.

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	271687	Ácido Ascórbico Dosagem: 100 MG/ML. Tipo Uso: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml	FRASCO-AMPOLA	20.000

2	327566	Ácido Tranexâmico Dosagem: 50MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 5 ml	FRASCO-AMPOLA	3.000
3	278281	Adenosina Dosagem: 3 MG/ML. Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml	FRASCO-AMPOLA	500
4	315056	Água Destilada Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirogênica. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 mililitros	BOLSA	1.000
5	315056	Água Destilada Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirogênica. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitros	FRASCO-AMPOLA	5.000
6	436418	Alteplase Concentração: 50MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluyente. Unidade de fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	200
7	268383	Amicacina Sulfato Dosagem: 50MG/ML, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ML.	FRASCO-AMPOLA	1.000
8	292402	Aminofilina, Dosagem: 24 mg/ml, forma farmacêutica: solução injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	300
9	271710	Amiodarona Dosagem: 50mg/ML, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 3 ml	FRASCO-AMPOLA	1.000
10	271100	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada Com Clavulanato De Potássio, Concentração: 1g + 200mg, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000
11	268207	Ampicilina Dosagem: 1G, Tipo Uso: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000
12	268214	Atropina Sulfato Dosagem: 0,25MG/ML, Uso: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 1 ml.	FRASCO-AMPOLA	1.000
13	442690	Aztreonam, Concentração: 1G, Forma Farmacêutica: Pó p/ solução injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco- Ampola.	FRASCO-AMPOLA	200

14	270612	Benzilpenicilina, Apresentação: Benzatina, Dosagem: 1.200.000ui, Uso: injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	10.000
15	270613	Benzilpenicilina, Apresentação: Benzatina, Dosagem: 600.000ui, Uso: injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	10.000
16	268222	Bicarbonato de Sódio, Dosagem: 8,4%, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro	FRASCO-AMPOLA	1000
17	269958	Bromoprida Dosagem: 5MG/ML, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml	FRASCO-AMPOLA	5.000
18	460699	Cefalotina Sódica, Concentração: 1G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo p/ Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000
19	442693	Cefazolina Sódica Concentração: 1G, Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco 10 ML	FRASCO-AMPOLA	1.000
20	339846	Cefepima Cloridrato, Concentração: 1 G. Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	250
21	450890	Ceftriaxona Sódica Concentração: 1G, Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável + Diluente. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	4.000
22	469929	Ceftriaxona Sódica Concentração: 500MG, Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável + Diluente. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	3.000
23	448845	Cetoprofeno, Concentração: 50 MG/ML. Forma Farmaceutica: Solução Injetável EV. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro	FRASCO-AMPOLA	5.000
24	295682	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 10MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ML.	FRASCO-AMPOLA	3.000

25	292419	Clindamicina Dosagem: 150MG/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ML.	FRASCO-AMPOLA	1.000
26	267161	Cloreto De Potássio, Dosagem: 10%. Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro	FRASCO-AMPOLA	2.000
27	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	2.000
28	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 ml	FRASCO-AMPOLA	20.000
29	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 1000 ml	BOLSA	1.000
30	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 ml	BOLSA	15.000
31	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 500 ml	BOLSA	15.000
32	382563	Cloreto De Sódio Concentração: A 10%, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	1000
33	382563	Cloreto de Sódio, Concentração: a 10%, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1.000
34	268236	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9% Solução Injetável. Aplicação: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 mililitro.	BOLSA	30.000
35	268236	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9% Solução Injetável. Aplicação: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 1000 mililitro.	BOLSA	1.000
36	268236	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9% Solução Injetável. Aplicação: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 mililitro.	BOLSA	15.000
37	268236	Cloreto de Sódio, Princípio Ativo: 0,9% Solução Injetável. Aplicação: Sistema	BOLSA	15.000

		Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 500 mililitro.		
38	292427	Dexametasona Dosagem: 4MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 2,5 ml	FRASCO-AMPOLA	5.000
39	267194	Diazepam, Dosagem: 5 mg/ml. Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	2.000
40	270999	Diclofenaco, Apresentação: Sal Potássico, Dosagem: 25 mg/ml, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 3 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	2.000
41	271003	Diclofenaco, Apresentação: Sal Sódico, Dosagem: 25 mg/ml, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 3 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1.000
42	268252	Dipirona Sódica Dosagem: 500MG/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml.	FRASCO-AMPOLA	15.000
43	272190	Dobutamina Cloridrato Dosagem: 25MG/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	500
44	268960	Dopamina, Dosagem: 5 mg/ml, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
45	448982	Enoxaparina, Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida. Unidade de Fornecimento: Seringa 0,4 mililitro.	SERINGA	1.000
46	448982	Enoxaparina, Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida. Unidade de Fornecimento: Seringa 0,6 mililitro.	SERINGA	1.000
47	268255	Epinefrina Dosagem: 1mg/ML, Uso: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 1 ml.	FRASCO-AMPOLA	1.000
48	602763	Escetamina Concentração: 50MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco 10 ML	FRASCO-AMPOLA	300

49	270621	Escopolamina Butilbrometo, Apresentação: Associada com Dipirona Sódica, Dosagem: 4 mg+500 mg/ml, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	2.000
50	267282	Escopolamina Butilbrometo, Dosagem: 20 mg/ml, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	2.000
51	270116	Etomidato Dosagem: 2MG/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco 5 ML	FRASCO-AMPOLA	500
52	267107	Fenitoína Sódica, Dosagem: 50 mg/ml, apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1000
53	300722	Fenobarbital Sódico, Dosagem: 200 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	200
54	627366	Fentanila Concentração: 0,02MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução P/ Infusão. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 ML	FRASCO-AMPOLA	1.000
55	448617	Ferro Iii, Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	10.000
56	271116	Fluconazol Dosagem: 2MG/ML, Uso: Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 ml	BOLSA	1.000
57	268510	Flumazenil, Dosagem: 0,1 mg/ml, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1.000
58	267666	Furosemida Composição: 10 Mg/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 2 ml	FRASCO-AMPOLA	1.000
59	268256	Gentamicina Dosagem: 40MG/ML, Aplicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ML.	FRASCO-AMPOLA	1.000
60	270019	Gliconato De Cálcio Dosagem: 10%, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	1.000

61	267540	Glicose Concentração: 25%, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	5.000
62	270092	Glicose Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 ml	BOLSA	4.000
63	270092	Glicose Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 500 ml	BOLSA	2.000
64	353564	Glicose Concentração: 50%, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 ml	BOLSA	400
65	267541	Glicose Concentração: 50%, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ml	FRASCO-AMPOLA	3.000
66	366913	Glicose, Composição: Associada ao Cloreto de Sódio, Concentração: 5% + 0,9%, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 mililitro.	BOLSA	2.000
67	292196	Haloperidol, Concentração: 5 mg/ml, Tipo Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1.000
68	272796	Heparina Sódica, Dosagem: 5.000ui/ML, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 0,25 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
69	268115	Hidralazina Dosagem: 20MG/ML, Indicação: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 1 ml.	FRASCO-AMPOLA	1.000
70	342135	Hidrocortisona Composição: Sal Succinato Sódico, Concentração: 100MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Unidade de fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	2.000
71	342134	Hidrocortisona Composição: Sal Succinato Sódico, Concentração: 500MG, Forma	FRASCO-AMPOLA	2.000

		Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Unidade de fornecimento: Frasco-Ampola		
72	269843	Lidocaína Cloridrato, Dosagem: 2%, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
73	299675	Manitol, Dosagem: 20%, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 250 mililitro.	BOLSA	500
74	268264	Metilergometrina Maleato, Dosagem: 0,2 MG/ML, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
75	271599	Metilprednisolona, Princípio Ativo: Sal Succinato, Dosagem: 500 MG, Apresentação: Pó Liofilizado + Diluente, Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000
76	267310	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 5 Mg/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml	FRASCO-AMPOLA	5.000
77	345259	Metoprolol Concentração: 1MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável . Unidade de Fornecimento: Ampola 5 ml.	FRASCO-AMPOLA	300
78	268498	Metronidazol Dosagem: 5mg/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 ML.	BOLSA	1.000
79	268481	Midazolam Dosagem: 5MG/ML, Aplicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 5 ML	FRASCO-AMPOLA	1.000
80	304871	Morfina Apresentação: Sulfato, Concentração: 10mg/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 ml.	FRASCO-AMPOLA	1.000
81	272326	Naloxona Cloridrato, Dosagem: 0,4 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
82	273457	Neostigmina Metilsulfato, Dosagem: 0,5 MG/ML, Apresentação: Solução Injetável.	FRASCO-AMPOLA	300

		Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.		
83	453501	Nitroprusseto De Sódio Concentração: 25MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 2 ml.	FRASCO-AMPOLA	500
84	273719	Nitroprusseto De Sódio Dosagem: 50MG, Tipo Medicamento: Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 2 ml.	FRASCO-AMPOLA	500
85	442584	Norepinefrina Concentração: 2MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 4 ml.	FRASCO-AMPOLA	1.000
86	268277	Ocitocina Dosagem: 5UI/ML, Indicação: Solução Injetável. Unidade de fornecimento: Ampola 1 ml	FRASCO-AMPOLA	1.000
87	268160	Omeprazol Concentração: 40MG, Uso: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	3.000
88	268504	Ondansetrona Cloridrato, Dosagem: 2 MG/ML, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 4 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	5.000
89	352314	Pantoprazol, Concentração: 40 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola.	FRASCO-AMPOLA	300
90	483776	Paracetamol Concentração: 10MG/ML, Forma Farmaceutica: Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 100 mililitro	BOLSA	1.000
91	483776	Paracetamol Concentração: 10MG/ML, Forma Farmaceutica: Injetável. Unidade de Fornecimento: Bolsa 50 mililitro	BOLSA	1.500
92	271725	Piperacilina Composição: Associada Com Tazobactama, Concentração: 4g + 500mg, Aplicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	500
93	600706	Prometazina Cloridrato, Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	5.000
94	305935	Propofol Dosagem: 10MG/ML, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 ML	FRASCO-AMPOLA	500

95	303292	Ringer Composição: Associado Com Lactato De Sódio, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado. Unidade de Fornecimento: Bolsa 500 ml	BOLSA	5.000
96	268521	Rocurônio Brometo Dosagem: 10MG/ML, Indicação: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco 5 ML	FRASCO-AMPOLA	200
97	268523	Salbutamol, Dosagem: 0,5mg/ML, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
98	268076	Sulfato De Magnésio, Concentração: 10%, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	300
99	268075	Sulfato De Magnésio, Concentração: 50%, Uso: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 10 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	1000
100	268442	Suxametônio Cloreto Dosagem: 100MG, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco 10 ML	FRASCO-AMPOLA	500
101	290168	Suxametônio Cloreto, Dosagem: 500 MG. Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola.	FRASCO-AMPOLA	500
102	268532	Tenoxicam Dosagem: 20MG, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	2.000
103	268533	Tenoxicam Dosagem: 40MG, Indicação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	2.000
104	269818	Terbutalina Sulfato, Dosagem: 0,5 MG/ML, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 1 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	500
105	292382	Tramadol Cloridrato, Dosagem: 50 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	2.000
106	268541	Vancomicina Cloridrato Dosagem: 1G, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000
107	268540	Vancomicina Cloridrato Dosagem: 500MG, Apresentação: Injetável. Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola	FRASCO-AMPOLA	1.000

108	363088	Vitaminas Do Complexo B, Composição Básica: B1, B2, B5, B6 E Pp, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Unidade de Fornecimento: Ampola 2 mililitro.	FRASCO-AMPOLA	5.000
-----	--------	--	---------------	-------

**itens em vermelho são medicamentos psicotrópicos.*

VALOR TOTAL ESTIMADO

A média de preços será obtida através da realização de pesquisa mercadológica, conforme determina a legislação pertinente ao assunto. O valor total estimado conforme pesquisa mercadológica é do valor de R\$ 3.010.445,00 (Três Milhões, dez mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).

NATUREZA

Material de Consumo

6. JUSTIFICATIVA

A pretendida contratação se faz necessária para suprir as demandas do Hospital de Pequeno Porte José Baioco nos atendimentos de Urgência e Emergência, mantendo em condições de funcionamento, garantindo o atendimento aos usuários e o atendimento à saúde, no desempenho das atividades dos setores de média e alta complexidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município, suprimindo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde em atendimento a obrigações constitucionalmente impostas a este.

A Constituição Federal estabelece no seu artigo 5º que todos têm direito a vida conforme veremos abaixo.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A carta magna estabelece ainda em seu artigo 196 que a saúde é um direito de todos, conforme abaixo colacionado.

196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

É imperioso informar que o setor de saúde é essencial para a sobrevivência da sociedade, e os hospitais municipais desempenham um papel crucial na prestação de cuidados médicos e na manutenção da saúde e bem-estar das pessoas. No entanto, sabemos que a falta de medicamentos e afins pode causar impactos significativos e até mesmo irreversíveis na oferta e manutenção dos serviços de saúde disponibilizados a uma população.

6.1- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de medicamentos injetáveis na saúde pública proporciona benefícios significativos, incluindo resposta rápida a emergências, eficácia terapêutica, administração precisa de doses, tratamento de condições específicas e melhoria da adesão ao tratamento. Esses medicamentos são essenciais em situações críticas, garantindo rápida absorção e dosagem controlada, contribuindo para a prevenção de resistência antimicrobiana e sendo acessível a pacientes com dificuldades em tomar medicamentos por via oral. Apesar dos benefícios, é necessário abordar desafios como treinamento adequado, armazenamento e questões de custo para garantir seu uso eficaz e equitativo.

O município atende diariamente pacientes atendidos com várias enfermidades, cujos materiais desta contratação serão empregados no tratamento de pessoas, cuja ausência poderá além de afetar o tratamento quanto à vida dos pacientes.

6.2- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição de medicamentos injetáveis para entrega parcelada e contínua conforme necessidade deste órgão para suprir as necessidades desses medicamentos e continuar os atendimentos realizados na Urgência e Emergência do Hospital Municipal José Baioco no município em Itapuã do Oeste RO.

As necessidades da aquisição, os requisitos e as soluções estão presentes no Estudo Técnico Preliminar.

É de essencial importância para a prevenção, promoção e controle de doenças que afetam a saúde da população e causar enfrentamentos a saúde pública como um todo.

Justificamos, a escolha pelo Registro de Preço pela forma de obter economia, eficiência e agilidade nas compras. Sendo medicamentos de extrema necessidade para a unidade farmacêutica, posto isto é necessário o prosseguimento do processo nesta modalidade.

Ressaltamos que esta solução evita que os medicamentos fiquem em estoque e percam sua validade, sendo sua aquisição proporcional à demanda.

Tendo em vista que esses locais precisam estar preparados para fornecer medicamentos de uso contínuo, como analgésicos, antídotos, antibióticos e outros medicamentos que possam ser necessários no tratamento rotineiro. A aquisição contínua de medicamentos é necessária para garantir a prontidão nessas situações.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Critério de Aceitação da Proposta

Os preços ofertados deverão estar condizentes com os valores da tabela CMED, obedecendo ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) que é o preço teto para vendas de medicamentos constantes do rol anexo ao Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de Maio de 2021.

As propostas dos fornecedores deverão conter: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB), o nome do laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, a composição completa dos produtos farmacêuticos, peso, volume, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem primária e secundária (caixa), de forma a evitar fracionamentos na entrega.

Os medicamentos ofertados deverão, obrigatoriamente, estar registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, conforme estabelece o Parágrafo único do Art. 6º da Lei nº 6.360/1976, que determina como atribuição exclusiva do Ministério da Saúde o registro e a permissão de uso dos medicamentos, bem como a aprovação ou exigência de modificação de seus componentes. Além disso, conforme o Art. 12 da mesma Lei, nenhum dos produtos sujeitos à regulamentação poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de estar devidamente registrado junto à ANVISA.

A proposta deverá conter também:

- **Número do registro da ANVISA;**
- **Código BR (do Banco de Preços em Saúde se aplicável);**
- **Forma farmacêutica (ex: comprimido, solução, cápsula, pomada etc.);**
- **Concentração/dosagem (ex: 500 mg, 10 mg/ml);**
- **Apresentação comercial completa (ex: caixa com 100 ampolas/caixa com 50 ampolas);**
- **Quantidade total contratada e valor unitário por apresentação;**
- **Nome e CNPJ do fornecedor;**
- **Nome e CNPJ do fabricante, caso seja distinto;**
- **Indicação clara se alguma etapa da produção é terceirizada, incluindo o nome da empresa terceirizada e o procedimento realizado;**
- **Autorização de Funcionamento (AFE) válida, emitida pela ANVISA até 6 (seis) meses antes da licitação;**
- **Contato atualizado da empresa, de preferência de cada setor, principalmente Contrato e Envio de Nota de Empenho.**

A empresa deverá enviar junto com as propostas, as bulas de medicação para averiguar se o medicamento ofertado é compatível com o solicitado pelo órgão, uma vez que medicamentos não são solicitados amostragem.

Não serão aceitos em hipótese nenhuma medicamentos manipulados devido ao curto prazo de validade.

O não cumprimento dos prazos e critérios estabelecidos acarretará notificação formal e a empresa estará sujeita à penalidades administrativas, incluindo possível suspensão de participação em licitações futuras do município.

7.2 - Garantia do Produto

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A empresa fornecedora dos medicamentos deverá ser responsável pela troca, substituição ou reposição de materiais entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com o solicitado conforme a descrição do termo de referência.

A substituição de materiais defeituosos deverá ser feita por outro produto com qualidade igual ou superior, através de documentação comprovando a disponibilidade da empresa na substituição, com a validade, lote, marca, quantidade a serem trocadas e só podendo ser efetuada com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para o contratante.

Os produtos deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer a integridade física ou o uso do objeto de aquisição.

7.3 - Validade do Produto

Os materiais entregues deverão possuir a data de fabricação recente, sendo de no "MAXIMO" de 06 meses, contados a partir da data de envio da nota de empenho as empresas fornecedoras, e validade do produto superior a "17 MESES" a partir da data DE ENTREGA. As exceções serão de medicamentos que possuem validade útil inferior a 24 meses, a mesma deverá apresentar vida útil de validade superior a 75% (data de fabricação e validade) a contar da data de entrega do medicamento na farmácia.

Tendo a hipótese da impossibilidade de atender a condição estipulada por este órgão, a empresa deverá obrigatoriamente, encaminhar documentação com a justificativa prévia, com todas as informações que constem para a impossibilidade do atendimento da validade conforme solicitado, devendo a secretaria municipal de saúde, analisar junto ao Farmacêutico a possibilidade ou não do atendimento da proposta.

Na possibilidade da contratada enviar o material sem a devida justificativa o farmacêutico poderá analisar a possibilidade de aceitar ou não o recebimento do material, sendo que em caso excepcional, onde a mesma admitir a entrega, o fornecedor, quando acionado e notificado, deverá proceder à substituição imediata, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

7.4 - Ato de Entrega por Transporte Terrestre

Os medicamentos enviados por transportadora deverão ser conferidos no ato de entrega pelo farmacêutico responsável do município, não podendo de maneira nenhuma a transportadora atrapalhar ou impedir o ato de conferência pela profissional.

O impedimento por parte da transportadora poderá ocasionar notificação a empresa licitante, tendo em vista que esta obrigação deverá ser informada as transportadoras ao aceitarem realizar o envio da medicação.

A empresa transportadora deverá obedecer ao horário de funcionamento da farmácia municipal: das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min (Horário Local de Rondônia).

Qualquer mudança de horário será avisado com antecedências as empresas fornecedoras para não prejudicar a entrega dos medicamentos.

7.5 Escolha de Marca de Referência e Critérios de Aceitação de Amostras

Não se aplica.

7.6 - Da Troca de Marca:

Somente serão autorizadas, desde que cumprido os requisitos abaixo:

A contratada deve comprovar o fato superveniente não imputável a ela, que inviabilizou o fornecimento da marca homologada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante, falta de matéria prima ou caso fortuito ou força maior), comprovado pelo fabricante/e ou a empresa.

Além disso, a nova marca ofertada deve ser de qualidade igual ou superior à inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados neste termo de referência;

A administração analisará e se manifestará quanto à troca de marca, através do Parecer Técnico que avaliará a equivalência técnica dos materiais e a Autorização pelo Gestor da pasta, mediante

a previsão de abastecimento e o interesse da administração, bem como a emergência que o caso requer;

Fica proibido a troca de marca sem anuência da administração, acaso a empresa vencedora, pratique tal conduta, o item será rejeitado em parte ou total sem prejuízo de eventuais sanções, se assim o fizer dolosamente;

Nas condições supracitadas, a troca de marca, deverá ser submetida a Secretaria Municipal de Saúde, para análise dos preços praticados, em compras governamentais, para o produto a ser fornecido podendo resultar em glosa no item homologado, que mediante a ciência da empresa, a glosa ocorrerá no ato da liquidação da Nota Fiscal.

7.7 - Entrega e Critério de Aceitação do Objeto

A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

Caberá à Seção de Farmácia Municipal, no cargo de farmacêutico, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

O recebimento do objeto de contrato em se tratando de compras deverá obedecer ao Art. 140, Inciso II, Alíneas a) e b) e os seus parágrafos da Lei 14.133/2021.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1- CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021, Art. 140, § 1º)

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021, Art. 140, § 2º)

8.2- DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

9. LOCAL DE ENTREGA

De maneira pertinente os medicamentos serão entregues na Farmácia Municipal de Itapuã do Oeste/RO, localizada na Rua Costa e Silva, nº 2129, CEP: 76861-000 Bairro: Centro, em frente ao Supermercado Jboni, nos seguintes horários: De segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min (Horário de Rondônia) aos cuidados de Karen Istey Gomes Noronha, farmacêutica responsável pela farmácia municipal, conforme especificações e quantidades constantes no item deste Termo de Referência.

10. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da confirmação por email do recebimento da nota de empenho, considerando que a ciência do ato será a data de confirmação de leitura do seu teor pelo destinatário, na ausência da confirmação, a secretaria responsável pelo empenho deverá ligar para as empresas após 2 (dois) dias e solicitar a confirmação do recebimento da nota de empenho ao longo do período da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) em conformidade com as necessidades do órgão.

Qualquer atraso na entrega deverá ser comunicado imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, justificando os motivos e propondo uma solução para minimizar os impactos causados pelo atraso.

Sendo que qualquer dilação de prazo de entrega superior a esse deverá ocorrer somente com a prévia autorização do gestor da pasta, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital, a Contratada deverá comunicar a contratante por escrito e oficialmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e tudo deverá ser enviada por email a secretaria municipal.

Os materiais deverão ser enviados preferencialmente em remessa única, mas podendo ser em remessa parcelada, apenas após breve autorização do gestor da pasta quando a empresa não conseguir atender o prazo estipulado pela empresa.

Caberá ao fornecedor registrado arcar com as despesas de embalagem e frete dos produtos a serem substituídos.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer instruções sobre cuidados e condições de armazenagem;

Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação do SETOR DE COMPRAS de cada secretaria municipal, através da respectiva Autorização de Fornecimento do produto (Ordem de Compra);

Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente;

Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, onde conste a data de fabricação e validade dos produtos, sendo que não serão recebidos produtos em embalagem violada (furadas, rasgadas, amassadas).

Para o caso de materiais entregues com avaria, a licitante deverá dar garantia de que o produto ofertado será substituído, sem ônus para a administração pública, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos neste edital.

11. DA CONDIÇÃO DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, onde conste a data de fabricação e validade dos produtos, sendo que não serão recebidos produtos em embalagem violada (furadas, rasgadas, amassadas).

Embalagem: O itens/produtos deverá ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem umidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo.

Responsável Técnico - As embalagem deverão apresentar o nome do Responsável Técnico pela fabricação do item/produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Classe. O registro do profissional deverá ser obrigatoriamente da unidade federado onde a fábrica está instalada;

Lote: O número do(s) lote(s) deverá estar especificado(s) na Nota Fiscal/Fatura por quantidade de cada item/produto entregue;

Validade do item/produto: Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega;

12. DO RECEBIMENTO

Conforme Art. 93 do Decreto Municipal nº 2655 de 29 de Março de 2023:

Art. 93 O objeto do contrato será recebido:

I. Em se tratando de obras e serviços:

- a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) Definitivamente, após o prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II. Em se tratando de compras:

- a) Provisoriamente em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüentemente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Se após o recebimento, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior á contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado.

Será interrompido e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

Será permitida somente uma substituição conforme descrita no item acima, após serão aplicado as penalidades cabíveis;

13. DA GARANTIA DO OBJETO

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 Código de Defesa do Consumidor - e alterações subseqüentes.

A empresa fornecedora dos medicamentos deverá ser responsável pela troca, substituição ou reposição de materiais entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com o solicitado conforme a descrição do termo de referência.

A substituição de materiais defeituosos deverá ser feita por outro produto com qualidade igual ou superior, através de documentação comprovando a disponibilidade da empresa na substituição, com a validade, lote, marca, quantidade a serem trocadas e só podendo ser efetuada com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para o contratante.

Os produtos deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer a integridade física ou o uso do objeto de aquisição.

Os produtos entregues deverão estar com a expressão na embalagem de cada medicamento: **"VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO"**, todas as embalagens deverão conter Rotulagem e Bulas, todos os materiais itens/produtos deverão ter constar no(s) rótulo(s) e bula(s), todas as informações em língua portuguesa. E ainda conter Número do lote, data de fabricação, data de vencimento, nome do responsável técnico, número de registro de acordo com a Legislação Sanitária vigente e nos termos do Artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega, se após o recebimento, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando anomalias ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga substituir os itens em desacordo e efetuar a entrega destes às suas expensas, após a notificação do contratado.

Cabe ressaltar que será interrompido e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação. Caso aja necessidade, será permitida somente uma substituição de itens, conforme descrito no acima, após serão aplicadas as penalidades cabíveis.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer instruções sobre cuidados e condições de armazenagem, cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação do SETOR DE COMPRAS do Fundo Municipal de Saúde, através da respectiva Autorização de Fornecimento do produto (Ordem de Compra), os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

14. DO PAGAMENTO

O pagamento das despesas será feito após a apresentação da respectiva documentação comprovando a efetiva entrega dos materiais e atestado pelo farmacêutico responsável pelo recebimento dos medicamentos.

O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade entregue em determinado período, em conformidade com o estabelecido na nota de empenho, a contar do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica por este órgão assinada pelo Fiscal responsável depois de constatado a regularidade da entrega do material.

A empresa deverá enviar conforme solicitado por e-mail, as Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (INSS), Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Estaduais (unidade federativa de residência da empresa) e Certidão Negativa de Débitos Municipais (no município de residência da empresa), assim como a Declaração do Simples Nacional.

A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão, nº da Nota de Empenho, dos dados bancários, a fim de se acelerar o tramite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

O pagamento será efetuado através de depósito bancário em moeda corrente deste país, após a entrega do objeto designado pela Secretaria Municipal de Saúde, comprovada a adequação com o disposto no edital. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

14.1- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1.1.Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado,

bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.1.2. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1.2.1. O pagamento à Contratada será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contado a partir da **regular liquidação da despesa**, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após a emissão da respectiva nota de liquidação pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

14.1.2.2. Concluída a liquidação, o processo administrativo será encaminhado ao **Setor de Tesouraria** para pagamento, mediante **Ordem Bancária**, observada a ordem cronológica legal.

14.1.2.3. A **Nota Fiscal/Fatura** deverá conter o detalhamento dos materiais fornecidos, conforme a legislação vigente, e ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos exigidos neste Termo de Referência.

14.1.2.4. Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

14.1.2.5. O recebimento definitivo não é fator condicionante para o início da contagem do prazo de pagamento do fornecedor.

14.1.3. FORMA DE PAGAMENTO

14.1.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

14.1.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

14.1.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

14.1.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Foi utilizada na composição dos preços, a média aritmética obtida com base no seguinte parâmetro: Pesquisa de preço realizada junto a empresas Fornecedoras.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem-se obrigações da contratada:

- a) Ofertar produtos de primeira qualidade;
- b) Efetuar a entrega de acordo com a quantidade solicitada na Nota de empenho expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Itapuã do Oeste/RO.
- c) A empresa vencedora além das demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência obrigar-se-á a organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência o exposto na futura licitação;
- d) Comunicar às unidades requisitantes, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constante neste termo de referência;
- e) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 (horas), contadas da notificação que for entregue oficialmente;
- f) Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultados da aquisição, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a presente aquisição, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora, e deverão ser pagos nas épocas devidas, não havendo, em hipótese alguma falar-se em responsabilidade solidaria ou subsidiaria do Município;
- g) A licitante vencedora responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrentes de qualquer impropriedade do produto, desde a sua produção até sua efetiva entrega na Secretaria Municipal da Saúde de Itapuã do Oeste RO, não restando qualquer responsabilidade ao Município, sequer subsidiaria, despesas com frete e descarregamento correrão por conta e risco da empresa vencedora.
- h) As mercadorias deverão ser transportadas em veículo apropriado em cumprimento das leis vigentes.
- i) O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da Sessão Pública, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial.
- j) Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, produto (s) que não atenda(m) as especificações contidas no termo de referência ou impostas pelo fabricante.
- k) Manter as mesmas condições de habilitação durante a vigência do contrato e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital e no contrato.
- l) Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade na entrega dos materiais, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza, não alegar como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do serviço desta contratação que não a eximirá das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- m) Aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, conforme disposto do art. 125 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
- n) Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência, exigir, promovendo o acompanhamento, nos casos permitidos para subcontratações, o atendimento aos prazos e qualidade dos serviços prestados, sob pena de multa e sanções previstas na legislação.

- o) Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do cumprimento de suas obrigações referentes ao objeto da futura contratação e fornecer materiais de primeira qualidade.
- p) A Contratada não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto da licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- a) Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do (s) material (is);
 - b) Efetuar o pagamento à (s) empresa (s) no prazo estipulado neste termo de referência;
- c) Inspecionar o (s) produto(s) quando da entrega, podendo recusá-lo(s) ou solicitar sua(s) substituição (ões), e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a(s) empresa(s) vencedora(s) entregar (em) fora das especificações do termo de referência ou exigidas por lei.
- e) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato, exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f) Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega dos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, proporcionar todas as facilidades necessárias a CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito qualquer ocorrência relacionada a entrega dos materiais.
- g) Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, adotar, sempre que necessárias medidas que visem sanar qualquer dificuldade encontrada para a perfeita realização da entrega dos materiais, efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, a Administração não respondera por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- i) Realizar precedente a formalização de termo de contrato, os procedimentos discriminados no art.91 §4º da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

18. MODO DE DISPUTA

Aberto.

19. DA PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

Não há preferência.

Com não há no mínimo três fornecedores locais que habitualmente participam de licitações em objetos semelhantes ao desse processo, não há como aplicar a preferência local.

Amparo legal:

Inciso II Art. 48 da Lei Complementar 123/2006;

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (Vide Lei nº 14.133, de 2021

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

§ 4º do artigo 28, da Lei Municipal nº 638/2017.

20. DA EXCLUSIVIDADE OU NÃO ME/EPP/MEI

Não há preferência.

Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, a intenção é fomentar a participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas, garantindo condições de igualdade e fomentando a competitividade. Contudo, é importante considerar a aplicação prática desses dispositivos legais dentro do contexto de licitações.

A Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelece uma série de medidas de apoio para essas empresas, incluindo a possibilidade de tratamento diferenciado em licitações e contratações públicas. De acordo com o artigo 42 da referida lei, as ME e EPP têm direito de participar em igualdade de condições com as demais empresas, e, em muitos casos, têm direito a benefícios como a preferência em caso de empate.

Adicionalmente, a Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a LC 123/2006, reforça a importância das microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, garantindo que elas possam competir em condições de igualdade, promovendo a justiça e a transparência no processo.

No entanto, a exclusividade de participação para ME e EPP em licitações cujo valor estimado é de até R\$80.000,00 pode não ser adequada em todos os contextos. Vários fatores podem justificar essa posição:

I. Competitividade e Transparência: Permitir a participação de empresas de diversos portes em licitações pode aumentar a competitividade e melhorar as condições de negociação, resultando em melhores preços e condições para a administração pública. A competitividade é um princípio fundamental das licitações, e a abertura do certame para todos os portes de empresas contribui para um ambiente mais competitivo e transparente.

II. Diversidade de Ofertas: Em alguns casos, a exclusividade para ME e EPP pode limitar a diversidade de ofertas e soluções disponíveis, principalmente em setores onde há uma quantidade reduzida de pequenas empresas qualificadas para atender a demandas específicas. A inclusão de empresas de diferentes portes pode enriquecer as opções disponíveis para a administração pública.

III. Equilíbrio Entre Apoio e Competição: Enquanto a LC 123/2006 e a LC 147/2014 visam apoiar as pequenas empresas, também é essencial garantir que os processos licitatórios sejam justos e

equitativos para todas as empresas, independentemente do porte. A exclusividade pode, por vezes, gerar distorções e restringir a concorrência, o que pode ser prejudicial para o processo licitatório.

IV. Eficiência e Eficácia na Administração Pública: Em itens com valor estimado em até R\$80.000,00, pode haver uma necessidade de garantir que o melhor custo-benefício seja obtido para a administração pública. Permitir a participação de empresas de diferentes tamanhos pode ajudar a alcançar essa meta de maneira mais eficaz.

Portanto, considerando os princípios da competitividade e da eficiência administrativa, a não exclusividade de participação de ME e EPP em licitações com itens estimados em até R\$80.000,00 pode ser justificada, desde que sejam respeitados os direitos e garantias estabelecidos pela legislação para essas empresas. A abertura do processo para todas as empresas pode promover um ambiente mais justo e competitivo, beneficiando tanto a administração pública quanto o mercado em geral.

21. JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI

Não contempla.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que visam apoiar a participação de microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) nas contratações públicas, é previsto um tratamento diferenciado que inclui a possibilidade de reserva de cotas de até 25% do valor das contratações para essas empresas. No entanto, a aplicação dessas cotas deve ser considerada com base em diversos fatores que garantam a eficiência e a transparência dos processos licitatórios.

Justificativas para a Não Aplicação das Cotas de até 25%

I. Natureza e Complexidade do Objeto da Licitação: A natureza e complexidade do objeto da licitação podem não ser adequadas para a aplicação das cotas. Em casos onde o objeto da contratação exige especificidades técnicas, equipamentos especializados ou serviços complexos, a aplicação das cotas pode restringir a competitividade e limitar a capacidade de obtenção da melhor proposta. É essencial que a escolha do fornecedor ou prestador de serviço leve em consideração a qualidade e a adequação técnica ao que está sendo contratado.

II. Demanda de Mercado e Disponibilidade de Fornecedores: Em algumas regiões ou setores específicos, a quantidade de MEs e EPPs qualificadas e dispostas a participar do certame pode ser limitada. A aplicação das cotas em tais contextos pode não resultar em um número suficiente de propostas e pode até prejudicar o processo licitatório, comprometendo a obtenção de propostas competitivas e o cumprimento das necessidades da administração pública.

III. Equilíbrio da Competitividade: A aplicação das cotas deve ser balanceada com a necessidade de garantir uma competição ampla e justa. Em certos casos, a imposição de cotas pode resultar em uma concorrência menos acirrada, especialmente se não houver um número suficiente de MEs e EPPs qualificadas para cumprir os requisitos do edital. A abertura para empresas de diversos portes pode promover uma competição mais robusta, beneficiando o processo licitatório e a administração pública.

IV. Eficiência Administrativa e Economia de Recursos: A busca pela melhor proposta, que oferece o melhor custo-benefício para a administração pública, pode ser comprometida se a cota for aplicada de forma rígida, especialmente em situações onde empresas de maior porte podem oferecer condições mais vantajosas. A flexibilidade na aplicação das cotas permite um ajuste mais eficaz às

circunstâncias específicas do processo licitatório, contribuindo para a eficiência administrativa e a economia de recursos públicos.

V. Impacto na Qualidade e Atendimento às Necessidades: A reserva de cotas deve ser considerada de forma a não comprometer a qualidade dos bens ou serviços adquiridos. Em algumas situações, a aplicação das cotas pode limitar a participação de empresas com maior capacidade técnica ou experiência, impactando negativamente a qualidade e a adequação das propostas recebidas.

VI. Padronização e Especificações Técnicas: A padronização de bens, serviços ou obras pode ser um fator crítico na decisão de não aplicar as cotas. Em muitos casos, as especificações técnicas e os padrões exigidos pela administração pública para garantir a uniformidade e a qualidade dos produtos ou serviços são bastante rigorosos. Quando o edital exige conformidade com padrões específicos, pode ser que a quantidade de MEs e EPPs aptas a atender a esses requisitos seja limitada. A padronização, portanto, pode restringir a capacidade de pequenas empresas em atender a todas as exigências técnicas e regulatórias, prejudicando a efetiva aplicação das cotas e, conseqüentemente, o processo licitatório.

Portanto, a decisão de não aplicar as cotas de 25% para MEs e EPPs deve ser baseada em uma análise cuidadosa das condições específicas da licitação, incluindo a natureza do objeto, a disponibilidade de fornecedores, e as exigências de padronização. A consideração desses fatores pode garantir um processo licitatório mais equilibrado e eficaz, alinhado com os objetivos de obter a melhor proposta e atender adequadamente às necessidades da administração pública.

22. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos na legislação pertinente, poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões discriminadas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

22.1 - FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será parcelado.

22.2 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A empresa no ato de habilitação de documentos deverá apresentar as seguintes documentações:

- a). Alvará sanitário (ou licença sanitária) estadual/municipal/distrital (vigente);
- b). Declaração de possuir as condições operacionais (Armazenamento e Transporte) necessárias ao cumprimento do objeto, presentes no TERMO DE REFERÊNCIA;
- c). Declaração da licitante que entregará os produtos no prazo estabelecido, após recebimento da Nota de Empenho NE.
- d). Alvará de Licença e Autorização de Funcionamento (Alvará Sanitário) vigente/atualizado, emitido por Órgão de Vigilância Sanitária local (Estadual e/ou Municipal) do fornecedor proponente e/ou se o

proponente for o fabricante ou detentor do registro do produto no Brasil;

e). Atestado(s) de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovado o desempenho da licitante em contrato(s) pertinente e compatível em características, quantidades e prazos ao do objeto da licitação, em atendimento ao disposto na Lei Federal 14.333/21, conforme segue:

1) Entende-se por pertinente e compatível em qualidade (o) atestado (s) que em sua individualidade ou soma, contemple a entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação.

2) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade (o) atestado (s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou 5 % das quantidades previstas do itens quais a empresa apresentar proposta.

3) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidades expressa em unidade ou valor.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- REGULARIDADE JURÍDICA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) **Empresário Individual:** inscrição no Registro Pública de Empresa Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Micro empreendedor Individual MEI:** certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará á verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- **REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma de lei.

- **REGULARIDADE TRABALHISTA**

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- **REGULARIDADE TÉCNICA**

a) Alvará de Licença e Autorização de Funcionamento (Alvará Sanitário) vigente/atualizado, emitido por Órgão de Vigilância Sanitária local (Estadual e/ou Municipal) do fornecedor proponente e/ou se o proponente for o fabricante ou detentor do registro do produto no Brasil;

b) **Atestado(s) de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão)** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovado o desempenho da licitante em contrato(s) pertinente e compatível em características, quantidades e prazos ao do objeto da licitação, em atendimento ao disposto na Lei Federal 14.333/21, conforme segue:

I. Entende-se por pertinente e compatível em qualidade (o) atestado (s) que em sua individualidade ou soma, contemple a entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação.

II. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade (o) atestado (s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou 5 % das quantidades previstas dos itens quais a empresa apresentar proposta.

III. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidades expressa em unidade ou valor.

- c) Declaração de possuir as condições operacionais (Armazenamento e Transporte) necessárias ao cumprimento do objeto, presentes no TERMO DE REFERÊNCIA;
- d) Declaração da licitante que entregará os produtos no prazo estabelecido, após recebimento da Nota de Empenho.

23.5. REGULARIDADE ECONÔMICA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

24. DO CONTRATO

24.1- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.2- PRAZO DE CONTRATO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização).

Os contratos administrativos terão a duração de 1 (um) exercício financeiro, e deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme Art. 115 da referida Lei.

24.3- POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos. (Art. 106 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021).

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosa para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. (Art. 107 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021).

24.4- DOS CRITÉRIOS PARA REAJUSTE, REALINHAMENTO E REEQUILÍBRIO

Os Critérios de alteração dos Contratos deverão obedecer às cláusulas que regem as justificativas conforme Art. 124 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme Art. 132 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.)

24.6- RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

- a). Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
- b). Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;
- c). A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão nº Lei Federal 14.133/21.

24.7- DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e pelo Farmacêutico, ou pelos respectivos substitutos.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade do município ou de seus propositos, devendo ainda o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

24.8 DA GESTÃO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

24.9 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

O Gestor e Fiscal será definido posteriormente através de documento de formalização.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, Estado e com a União, e será descredenciado no dos cadastros de fornecedores, pelo prazo de até 05(cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a sanção, ficando ainda sujeita, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente, à:

- a) Advertência por escrito, sempre que forem constatadas falhas na execução do contrato;
- b) Multa, conforme descrito na tabela 01, até o 30º (trigésimo) dia de atraso no cumprimento das obrigações;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, a partir do 31º (trigésimo primeiro dia) de atraso, o que ensejará a rescisão contratual;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 05(cinco) anos, de acordo com o Decreto nº 5.450/05;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, com fulcro no Art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/21, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé;
- f) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir (tabela 1):
- g) As aplicações das penalidades da tabela abaixo somente serão aplicadas as que fizerem pertinente ao processo licitatório.

TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
4	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
5	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, apresentando planilhas de custo; por dia e por ocorrência.	05	3,2% por dia
6	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	03	0,8% por dia
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia

8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
9	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
10	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, em veículos, equipamentos, etc.	02	0,4% por dia
11	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

*** Incidente sobre o valor global do contrato.**

25.1 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

25.2 Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

25.3 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente;

25.4 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e nas demais cominações legais.

25.5 A empresa vencedora somente poderá solicitar o cancelamento parcial de item (ns), por motivo de força maior, ou seja, caso venha a constatar a proibição da substância e/ou esgotamento de uma molécula ou princípio ativo;

25.6 Ocorrendo a solicitação de cancelamento parcial, sem motivo plausível, a empresa será desclassificada, chamando o próximo colocado;

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste - Ro

Unidade Orçamentária: 020 504 fundo municipal de saúde bloco custeio assistencia farmaceutica

Programação:

10 0 303 0005 2027 0000 apoio Farmaceutico na atenção primaria

10 303 0005 2040 0000 aqsição de medicamentos Farmacia - interna

Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** Material de consumo

Fonte de Recurso: Recurso Próprio; Superávit, Recursos Estaduais e Federais

27. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

- a). Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
- b). Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;
- c). A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão nº Lei Federal 14.133/21.

28. DO REGISTRO DE PREÇO

Observando como critério o menor preço, e estabelecendo como modalidades para realização a concorrência e o pregão, abordado no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, observados os critérios pré estabelecidos no diploma legal em comento, o Registro de Preços possui suas vantagens conforme discriminaremos a seguir.

a). Acelera a aquisição de produtos e serviços: Uma vantagem muito interessante do SRP em licitações é o fato de que ele possibilita a aquisição de produtos e serviços de forma muito mais rápida, diferentemente dos processos de licitação que não o utilizam, é mais fácil adquirir o que for necessário sem a necessidade de abrir editais a todo momento. Isso porque, como você já viu, as ofertas mais interessantes ficam disponíveis no registro, para quando a administração pública precisar, com isso, se ganha em tempo, devido à entrega mais acelerada dos bens ou serviços contratados.

b). Diminui a necessidade de licitações: Com certeza, este é um dos principais benefícios do SRP. Afinal, não precisar fazer diversos processos de licitação agiliza e facilita o trabalho, no caso de serviços e produtos recorrentes, se torna muito mais produtivo abrir um novo edital a cada vez que eles se fazem necessários. Com isso, é possível ir ao encontro do princípio da economicidade, visto que um processo de licitação gera custos, além disso, com o SRP, é possível garantir maior transparência, bem como economizar recursos.

c). Evita problemas de armazenamento: Não é novidade que a administração pública costuma adquirir muitos produtos e em grande quantidade, pensando nisso, imagine se ela for comprar tudo de que precisa em uma única vez. Certamente, surgiria o problema de encontrar um espaço no qual pudesse armazenar tudo, dessa forma, ao utilizar o Sistema de Registro de Preços, a administração poderá adquirir os bens e serviços à medida que for necessário. Assim, é possível evitar problemas de estoque e o poder público não precisa gastar com o aluguel e a manutenção de um espaço maior, como um galpão logístico.

d). Aumenta a competitividade: Quando o órgão público opta por usar o SRP, automaticamente, ele consegue fazer com que aumente a competitividade. Isso porque, os licitantes que fizeram suas ofertas podem entrar em um acordo com a administração para oferecer seus serviços ou produtos pelo valor igual ao do que venceu a licitação.

e). Economiza recursos: Outra vantagem do SRP é a possibilidade de o órgão público economizar recursos, pois não existe a obrigação de fazer uma reserva orçamentária prévia, afinal, neste caso, o sistema permanece à disposição do governo, de modo que não é preciso comprar novos lotes quando a demanda ultrapassa o pedido inicial. Com isso, essa é uma forma de economia, visto que o sistema permite que não seja necessário gastar com a abertura de novas licitações nem gastar ainda mais com a aquisição dos bens.

Resumindo, o órgão público não necessita realizar despesas antes de efetuar a compra dos itens de que necessita.

28.1- DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Primeiramente, cumpre informar que, não há que se confundir a revisão dos preços com os institutos de reajuste e repactuação. Em síntese, a Revisão nada mais é que o próprio reequilíbrio econômico financeiro, baseado na Teoria da Imprevisão, que exige, para sua ocorrência, a comprovação real da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado (ex.: aumento exacerbado do petróleo, gasolina, nos objetos compostos por tais elementos).

A revisão tem fulcro legal no Art. nº 124 da Lei nº 14.133/21 e artigos 17, 18 e 19 do Decreto Federal nº 7892/13 e não possui prazo mínimo para sua concessão (ou seja, comprovado o aumento dos custos gerador de ônus insuportável ao fornecedor, poderá ocorrer a revisão após um dia, uma semana, um mês da assinatura da Ata de Registro de Preços).

A Lei nº 14.133/2021 trouxe significativas alterações nas regras e procedimentos para contratações públicas, incluindo a modalidade de Registro de Preços. Nesse contexto, é essencial adequar os instrumentos contratuais, como a Ata de Registro de Preços, às novas disposições legais.

PRINCIPAIS PONTOS PARA ATUALIZAÇÃO: A atualização da Ata de Registro de Preços deverá considerar os seguintes aspectos conforme a Lei nº 14.133/2021:

- a. Vigência Contratual: Adequação dos prazos de vigência da ata de acordo com os limites estabelecidos pela nova legislação.
- b. Reajustes e Revisões de Preços: Observância das novas regras para reajustes e revisões, assegurando transparência e equilíbrio econômico-financeiro
- c. Inclusão de Novos Fornecedores: Procedimentos para a inclusão de novos fornecedores na ata, respeitando os requisitos legais.

PROCEDIMENTO DE ATUALIZAÇÃO: O procedimento para a atualização da Ata de Registro de Preços será conduzido pela Administração Pública, mediante prévia análise técnica e jurídica. Serão observados os princípios da publicidade, competitividade e eficiência, garantindo a participação de todos os fornecedores interessados.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Os fornecedores interessados na atualização da ata deverão apresentar a documentação exigida pela legislação em vigor, incluindo comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

28.2- DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

28.2.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

28.2.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

28.2.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

28.2.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

28.2.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

28.2.1.5 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 28.2.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

28.3- DO CADASTRO RESERVA

28.3-1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

28.3-1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

28.3-1.2. Mantiverem sua proposta original.

28.3-2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registradas na ata.

28.4 O registro a que se refere o item 28.3-1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

28.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

28.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

28.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*.

28.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses.

28.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

28.8 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 28.6 , observando o item 28.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

28.9 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28.10 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

28.4- DO PRAZO

O Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura da ata de Registro de Preços. Durante o prazo de validade do Registro de Preços a Secretaria poderá ou não adquirir o objeto deste Termo de Referência.

28.5. QUANTIDADE MÁXIMA DE CADA ITEM A SER ADQUIRIDO

A quantidade máxima a ser adquirida de cada item, por pedido, é de 30% da quantidade do item de acordo com o que está sendo registrado.

28.6. QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

Não se aplica a possibilidade do fornecedor oferecer proposta/cotação em quantidade inferior ao previsto ao item em edital.

28.7. POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES

Não há possibilidade de prever preços diferentes nos itens, pois os objetos serão entregues no mesmo município, dentro da área urbana de Itapuã do Oeste - RO, não prejudicando a empresa, nem em razão da forma e acondicionamento, o local da entrega será o mesmo conforme demonstrado pelo item 9 - Local de entrega.

28.9. POSSIBILIDADE DE OFERECER PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO EM EDITAL

Fica vedado o licitante oferecer preço/proposta em quantitativo inferior ao solicitado por este órgão.

28.9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Conforme item 22 deste termo de referência.

28.10. CONDIÇÕES PARA A ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Conforme item 28.1 deste termo de referência.

28.11. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO EM MAIS DE UMA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Fica vedada a participação do órgão/entidade em mais de uma ata de registro de preço com o mesmo objeto no prazo de validade do que já estiver participando para que assim possa permitir que o órgão concentre suas compras em um único contrato, reduzindo custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos, prevenindo conflitos de interesse garantindo a imparcialidade e a integridade nos processos de contratação.

29. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não previstos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

As dúvidas quanto à execução desta aquisição de medicamentos poderão ser sanadas através do telefone (69) 3231- 2245 na SEMSAU, localizada na Prefeitura Municipal na Rua Ayrton Senna nº 1425, no horário de 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia) ou através do e-mail: semsaUITAPUADOESTE@gmail.com

30. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

Itapuã do Oeste/RO, aos 09 de junho de 2026.

Elaborado por:

Ana Paula Batista Dos Santos
Assessor de apoio operacional
Matrícula nº 7150

Revisado por:

Rodolpho Marins de Lima Arco
Secretário Municipal de Saúde
Port. nº 071/GAB-PMIO/2025

Aprovado por:

Idiznei Castro Martins
Prefeito Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA BATISTA DOS SANTOS, ASSESSOR DE APOIO OPERACIONAL**, em 09/06/2026 às 09:03, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO MARINS DE LIMA ARCO, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 09/06/2026 às 10:51, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 09/06/2026 às 13:25, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **524719** e o código verificador **1FFCC2E0**.

Referência: [Processo nº 5-322/2026](#).

Docto ID: 524719 v1